

# «Os políticos servem-se do Estado para obterem mais vantagens»

*Ofiscalista diz que em Portugal vigora o «sistema dos mediocres» e a total desresponsabilização pela má gestão nas empresas públicas. Para combater a evasão fiscal, o advogado defende que também sejam publicadas as «listas negras» com os nomes dos responsáveis políticos e financeiros dos ministérios, autarquias e hospitais*

ISABEL GUERREIRO

**O DIABO** — Os objectivos de 4,6 por cento do défice do PIB e o cumprimento do Pacto de Estabilidade são uma missão impossível para o Governo?

**TIAGO CAIADO GUERREIRO** — Essas metas só poderão ser cumpridas com receitas extraordinárias, porque existe um descontrolo da despesa pública e as receitas correntes não serão suficientes. Por outro lado, como grande parte da receita fiscal deriva dos impostos sobre o consumo e outra dos impostos sobre o rendimento, com a diminuição do consumo e o aumento do desemprego vai registar-se uma desaceleração económica e naturalmente uma redução da receita.

As receitas extraordinárias chegarão para cumprir essas metas?  
As receitas extraordinárias e o reforço da luta contra a evasão fiscal, que efectivamente tem tido algum sucesso. Pela primeira vez, a administração tributária começa a ser gerida por objectivos e de forma sistemática. A criação de sistemas automáticos de penhoras e de trocas de informação impedem não só o erro humano como a corrupção — que segundo o Banco Mundial é um dos grandes males do nosso País. Se não existissem níveis tão altos de corrupção podíamos estar ao nível de desenvolvimento da Finlândia.

E o actual Governo tem encontrado formas de combater eficazmente esse mal?

Uma das poucas áreas onde está a ser feito algo de produtivo é ao nível fiscal, com a introdução dos sistemas automáticos e centralizados que resolvem o problema sem a intervenção humana.

Que medidas sugere como prioritárias para diminuir os níveis de corrupção?

Seguir os sistemas utilizados pelos países nórdicos que incidem na fiscalização. Só com entidades independentes e cruzadas que fiscalizem sucessivamente o Estado, as pessoas e as empresas se conseguirá combater esse mal. Por outro lado, é urgente respon-

sabilizar os chefes e os dirigentes que estão à frente das administrações das empresas.

Em Portugal, os gestores públicos e privados raramente são responsabilizados pela sua má gestão?

Há uma total desresponsabilização. Por que motivo temos sempre um conjunto de dez ou mais entidades para aprovar qualquer documento ou projecto? Porque desta forma, se algo corre mal, já ninguém é responsável. É o sistema dos mediocres, porque a mediocridade defende-se pela dispersão. Conhece algum país, que não de terceiro mundo, em que aconteçam casos como o da Ponte, de Entre-os-Rios e ninguém é responsabilizado?

Ainda em relação à evasão fiscal: a publicação da lista dos devedores ao fisco e à Segurança Social vai ter efeitos práticos no encaixe de receitas, já que até ao momento só oito grandes devedores (IRS) saíram da «lista negra»?

Sou a favor da lista dos devedores por ter efeito dissuasor. Ela já existia no passado, quando por exemplo, nas aldeias se colocava um «papelinho» afixado nas mercearias. Mas podem ocorrer algumas injustiças. Se o Estado não pagar a determinadas entidades, estas também contraem dívidas e não é aceitável que sejam listadas. Agora, também acho que deveriam ser divulgadas as dívidas contraídas pelos responsáveis das autarquias, pelos hospitais públicos, pelos ministérios e por aí adiante. Mas mais uma vez só terá efeito se forem publicados os nomes dos responsáveis políticos e financeiros.

«Nem sei se temos Justiça!»

O Governo está a concretizar as reformas estruturais de que o País precisa?

O Executivo está a tomar algumas medidas mas não são suficientes. São necessárias medidas mais profundas, transparentes e rígidas. É preciso ir mais longe nas reformas da Segurança Social, do desemprego, e na reforma do

Estado, que é a mais estrutural do nosso problema económico e ainda não se percebeu o que este Governo vai fazer, porque até ao momento ainda não fez nada. Volto a questionar: por que é que o Governo não utiliza o regime de responsabilização pessoal — e recorrendo também ao património individual — semelhante ao que utiliza com os contribuintes. Desta forma os problemas de má gestão que acontecem ao nível do Estado eram reduzidos automaticamente. Posteriormente têm que existir órgãos de fiscalização independentes e uma Justiça que funcione...

Como advogado também acha a Justiça não funciona?

Nem sei se temos Justiça!  
A falta de responsabilização, a corrupção e a ineficácia da Justiça são na sua opinião os maiores entraves ao desenvolvimento do País?

Claramente. Basta reparar nos relatórios do Banco Mundial, do FMI ou da OCDE. A existência de um sistema de Justiça eficaz é estruturante para qualquer Estado de Direito e para qualquer sistema económico. E actualmente em Portugal não temos Justiça em nenhum sector — é cara, pouca clara, incompetente, não está especializada e é tardia. Temos aqui no escritório processos com quarenta anos.

«Os políticos não devem servir-se do Estado»

Perante o actual quadro económico é possível o fim das políticas restritivas, como defendem os sindicatos ao reivindicarem o aumento do Salário Mínimo Nacional ou a subida das pensões?

Não vejo qualquer hipótese. Neste momento nem há margem para aumentos na Função Pública mas há margem para tornar os salários ou as pensões mais justas. Porque é que no sector público há reformas tão elevadas — algumas imorais e escandalosas ao fim de três ou quatro anos — e alguém que trabalha quarenta anos no sector privado tem uma reforma miserável? Há muito a fazer no actual quadro existente, o que não implica mais despesa mas mais justiça.

Não há então concerto para as contas públicas sem cortar mais nas prestações sociais e nos direitos adquiridos?

Sou um «liberal smithiano», ou seja, um liberal com preocupações sociais. Devem defender-se os idosos, os deficientes e as pessoas que trabalharam. Os preguiçosos, os mantanas e os exploradores — que estão em maioria

*Há algum país, que não de terceiro mundo, em que aconteçam casos como o da Ponte de Entre-os-Rios e ninguém é responsabilizado?*



— não podem ser protegidos pelo sistema social. É necessário acabar com um conjunto de imoralidades e de vícios existentes no sector público e tornar a redistribuição mais justa.

Essas imoralidades também têm como protagonistas os políticos?

Os políticos devem dar o exemplo e não servem-se do Estado para obterem mais vantagens.

«Sou contra a subida de impostos»

Além da Justiça, Marques Mendes também colocou na agenda do PSD a proposta de um pacto de regime para a reforma da Segurança Social. Estes consensos poderão ajudar mais facilmente a encontrar soluções estruturais?

Sou defensor de pactos de regime se houver verdadeira intenção de resolver os problemas. Em relação à Justiça, por exemplo, o que é preciso não é uma reforma é refazê-la totalmente. Mas um pacto de regime faz todo o sentido para combater o lobby dos juizes, do Ministério Público, ou os interesses instalados que existem no mau funcionamento da Justiça.

Está ainda em discussão o financiamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Uma das propostas avançadas é a subida dos impostos. Concorda?

Não. Para o nível de desenvolvimento económico que tem, Portugal é o país com os impostos mais elevados do mundo. No SNS deve ser utilizado cada vez mais o conceito do utilizador/pagador e uma racionalização da gestão e dos recursos. Mas não se pode aumentar sucessivamente os serviços e ao mesmo tempo manter os impostos elevadíssimos — como o IVA, os impostos sobre os combustíveis, o IRS, o IMI ou o Imposto Automóvel.

Acredita que Portugal conseguirá aumentar os seus níveis de competitividade nos próximos anos?

Sou um optimista. Temos todas as hipóteses de competir. Mas como qualquer País temos esta possibilidade se fizermos as reformas estruturais que os outros estão a fazer. Há por exemplo uma reforma importantíssima que deveria já ser feita em 2007: os licenciamentos com as indústrias. Há muitas empresas que não se instalam em Portugal porque os processos de aprovação são extremamente longos.